



Recebido em 31/01/2018

Aceito em 18/07/2018

**PRECISAMOS DE UMA IDENTIDADE ÚNICA E COESA? UMA
QUESTÃO DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL: A NAÇÃO E
IDENTIDADE NACIONAL EM MOÇAMBIQUE**

*DO WE NEED A UNIQUE AND COHESIVE IDENTITY? A QUESTION OF
NATIONAL IDENTIFICATION: THE NATION AND NATIONAL IDENTITY
IN MOZAMBIQUE*

*¿NECESITAMOS UNA IDENTIDAD ÚNICA Y COHESIVA? UNA
CUESTIÓN DE IDENTIFICACIÓN NACIONAL: LA NACIÓN Y LA IDENTI-
DAD NACIONAL EN MOZAMBIQUE*

Fabício Dias Rocha¹

RESUMO:

Através de uma análise histórico-sociológica sobre identidade nacional, nação e processos de identificação em Moçambique a partir da implementação do colonialismo português em África no século XX, busco estabelecer um diálogo crítico com estudos que abordam essas mesmas temáticas sobre a realidade moçambicana. Assim, por meio dos ensaios históricos, entrevistas e algumas obras literárias de João Paulo Borges Coelho, e em comunhão com outros autores, procuro demonstrar a complexidade e pluralidade de elementos que conformam as identidades individuais e coletivas no Moçambique independente.

PALAVRAS-CHAVE: África, identidade nacional, nação, Moçambique.

ABSTRACT:

Through a historical-sociological analysis of national identity, nation and processes of identification in Mozambique from the implementation of Portuguese colonialism in Africa in the twentieth century, in this article I seek to establish a critical dialogue with some studies that address these same themes about the Mozambican reality. Thus, through historical essays, in-

¹ Universidade de Coimbra – CES. E-mail: fabricao13rocha@gmail.com



interviews and some literary works by João Paulo Borges Coelho, and in communion with other authors, I try to demonstrate the complexity and plurality of elements that shape individual and collective identities in independent Mozambique.

KEYWORDS: *Africa, national identity, nation, Mozambique.*

RESUMEN:

A través de un análisis histórico-sociológico sobre identidad nacional, nación y procesos de identificación en Mozambique, a partir de la implementación del colonialismo portugués en África el siglo XX, en este artículo busco establecer un diálogo crítico con estudios que abordan esas mismas temáticas sobre la realidad mozambiqueña. Así, por medio de los ensayos históricos, entrevistas y algunas obras literarias de João Paulo Borges Coelho, y en comunión con otros autores, busco demostrar la complejidad y pluralidad de los elementos que conforman las identidades individuales y colectivas en el Mozambique independiente.

PALABRAS CLAVE: *África, identidad nacional, nación, Mozambique.*

Introdução

“Precisamos de uma identidade única e coesa?, de uma categoria ‘Moçambique’ ou ‘moçambicano’, que abarque num só verbete todos os significados de uma realidade que se apresenta extremamente diversificada?”. Em dado momento da nossa entrevista foi essa a questão retórica colocada por João Paulo Borges Coelho sobre este assunto². Neste sentido, sabe-se que toda e qualquer identidade (pessoal, nacional ou étnica) é um devir, que não é substância dada à nascença, pois que edificada contextualmente, por meio de um processo de identificação (AGIER, 2001; HALL, 1997; SERRA, 1998). Levando em consideração que no Moçambique independente, como noutros países de África e do mundo que passaram por processos coloniais, a constituição do Estado precedeu a nação (COELHO, 2015; GELLNER, 1983; MACAMO, 1996), destaca-se que neste caso o Estado não é corolário do esforço da nação. Em outras palavras, foi por meio do Estado que “fabricou-se” a nação. Nos primeiros anos após a independência, a identidade nacional moçambicana foi perspectivada como o resultado desse esforço de Estado. Contudo, tal identidade deve ser entendida tanto como resultado das contradições do moderno colonialismo português em África no século XX quanto do projeto pós-colonial de nação.

2 Entrevista com JBPC realizada em 6 de março de 2014.



O “devir” identitário

A trajetória das diferentes dinâmicas sociais ao longo da história recente de Moçambique (Regime colonial, transição para independência, criação do Estado de partido único, fim da centralização do Estado, abertura económica, etc.), composta de sistemas éticos e simbólicos distintos, é um aspeto fundamental para se compreender os processos de constituição das identidades individuais e coletivas no modelo de Nação moçambicana atual. Sobre tal paradigma afirmo, entretanto, não ser possível especular sobre a totalidade de características, realidades e paisagens que cobre toda a extensão deste imenso território sem correr o risco de generalizá-las.

Sendo assim, um aspeto importante para se aferir sobre a multiplicidade de configurações históricas e psicossociais que conformam a identidade e os processos de identificação neste país, e não só, é sem dúvida a problemática da pluralidade cultural das identidades nacionais. Ora, ao se refletir sobre a transversalidade social da pluralidade sociocultural na realidade moçambicana, será possível também pensar sobre o que são os possíveis alicerces basilares daquilo que podemos chamar de o *modus operandi* e o *modus vivendi* moçambicano, ou os elementos constitutivos de uma moçambicanidade.

Como foi sublinhado, é preciso ter-se um posicionamento acautelar a respeito de qualquer aferição brusca sobre dinâmicas e experiências sociais tidas quer como particulares quer como totalidades mais abrangentes, no sentido de se evitar torná-las em modelos narrativos quase imutáveis ou mesmo fábulas sobre a constituição de uma identidade individual ou coletiva (COELHO, 2015, s/p; MACAMO, 1998, p. 36; SERRA, 2003, p. 55). João Paulo Borges Coelho em entrevista à revista *Metamorfozes* explica que:

A identidade é um processo aberto. A noção da identidade como um todo fechado (monopolar ou bipolar), qualquer que ele seja, é pré-moderna, transforma-nos em vítimas de um destino, retira-nos a condição de agentes. Retira-nos, com isso, a inteligência, uma vez que vai contra a possibilidade de nos transformarmos e evoluirmos. Toda a gente veio de algum lugar e, depois desse acidente, fez historicamente um percurso, cruzou-se, transformou-se (COELHO, 2010, s/p).

A ideia de identidade coletiva, nação ou de povo não é nem mais nem menos que um acúmulo de experiências individuais e coletivas, de vivências, de práticas sociais, de hábitos de vida e de costumes mais ou menos análogos de grande parte dos membros de um determinado território com fronteiras supostamente definidas, entretanto em constante transformação. Para Stuart Hall (1997), são as culturas nacionais que fornecem significados de identificação sobre “a nação”, possibilitando a construção de identidades. Segundo o autor, esses significados “estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 1997, p. 55).



Para Boaventura de Sousa Santos (1997), as identidades não são de todo entes fixos ou invariáveis, mas sim consequências momentâneas e efêmeras de processos de identificação. Assim, Santos assegura que,

[...] mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades (SANTOS, 1997, p. 135).

Dessa forma, em termos de apreciação do conceito, sendo a identidade um “devir” que depende de variáveis externas para “tornar-se”, e ainda de casualidades aleatórias, mas sobretudo do “outro” que representa a alteridade, então, do mesmo modo, é lícito afirmar que a identidade nacional apenas o é quando das condicionalidades relativas a uma possibilidade de ameaça real ou simbólica de um “outro” no que diz respeito às contingências relativas aos fatos que põem em xeque o estatuto representativo de lugar do sujeito, nesse caso, a nação.

Para Anthony Smith, uma dada população que reparte um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, se constitui em uma das principais fontes de identidade cultural e nacional (SMITH, 1997, p. 28). Tais culturas públicas nacionais ao conceberem sentidos sobre a nação, na visão de Stuart Hall, são passíveis de identificação e de construção de identidades (HALL, 1997, p. 55). Segundo Smith, a nação transporta princípios de outros modelos de identidade coletiva, o que explica não só o modo pelo qual a identidade nacional pode ser associada a outros tipos de identidade (de classe, étnica, religiosa), mas também às ideologias (liberalismo, fascismo, etc.) (SMITH, 1997, p. 28).

Tendo por base a premissa da identidade coletiva, é legítimo afirmar que a identidade (nacional) e mesmo a etnicidade partem de igual princípio, ou seja, de ter nos ditames da alteridade o seu processo fundacional. Destarte, é por meio da inter-relação com seu “dissemelhante” que se processa também a construção de uma identidade nacional. Por sua vez, “a língua”, enquanto instrumento cognitivo responsável pelas etapas dos processos de identificação, é outro elemento importante para a constituição de identidade, inclusive coletiva. Como Explica Stuart Hall:

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela pré-existe a nós [...]. Não podemos, em qualquer sentido simples ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 1997, p. 44).

Do mesmo modo, a etnicidade, pressupondo-se uma identidade social mais alargada, é relacional, e da mesma forma construída por meio da confrontação e da diferenciação em re-



lação ao outro. Geralmente essa confrontação está relacionada com um jogo de dominação e submissão, onde um grupo por determinadas razões inerentes às suas características culturais e políticas pretende sobrepor-se a outro. Contudo, vale lembrar que historicamente o termo fundante da etnicidade constituiu-se sobre uma normatividade colonial, logo, racializada e pejorativa. Portanto,

Sejam quais forem as concepções do termo, existe uma matriz em toda a concepção de etnicidade: a que reenvia para a alteridade negativamente avaliada. Por outras palavras, “Eles” não são apenas diferentes, mas inferiores (SERRA, 2003, p. 64).

Parafraseando Carlos Serra (2003), a diferença entre etnia e nação se apresenta apenas no potencial de intensidade, pois “ambas partem da mesma antinomia fundamental e não são o território, a língua ou o Estado que as tornam uma menos nacional e outra menos étnica” (SERRA, 2003, p. 73). Assim, em conformidade com teóricos que refletem sobre a identidade, reitero a máxima de que a identidade, e nesse caso a identidade nacional, não é um dado acabado, mas sim um processo em construção e reconstrução (MENESES, 2013; SERRA, 1998, SANTOS, 1997). E por mais autónoma que possa parecer, a identidade social (nacional) não preexiste à relação, é construída na relação (SERRA, 1998, p. 10). Em entrevista a João Paulo Borges Coelho, este autor, que possui antepassados moçambicanos de terceira geração originários do Ibo, mulatos das ilhas Maurícias, assim como de portugueses por parte de pai e avós, devido a essas múltiplas influências culturais, diz ser totalmente antinacionalista. E justifica:

Acho que já temos problemas sociais e individuais suficientes para termos que herdar os problemas que os outros inventam em uma escala mais larga. Portanto, sempre integrei essas duas componentes, quer dizer, esta é minha terra, e os valores são meus. Partilho alguns com certas comunidades (Entrevista realizada em 6 de março de 2014).

Como é sabido, o romance *As visitas do Dr. Valdez* (2004) retrata por meio de seus personagens essas múltiplas proveniências, transformações sociais e identitárias, baseadas, de certa forma, no percurso familiar do autor. A jornada identitária é aqui usada como um recurso de deslocação ao passado, por meio da rememoração de fatos do passado colonial, suas contradições, e sendo esta memória ela mesmo um dos elementos fortes de qualquer processo de identificação social no presente. Note-se que após a independência, buscou-se edificar a identidade nacional moçambicana por meio da rememoração dos efeitos perversos do colonialismo português no país. Esta construção teve por base uma perspectiva de futuro assente no tipo ideal do “homem novo”; isto é, o ente nacional independente imbuído de uma ética revolucionária e constituído em oposição ao inimigo da revolução, simbolizado pelo modelo imperial colonial e neocolonial (MENESES, 2015, p. 10).



A identidade como projeto de nação

A identidade nacional pode ser o resultado de um projeto imperialista de nação que, colocado em prática por meio da relação desigual de forças e interesses sobre uma dada população, pode vir a constituir uma situação traumática àqueles que por infortúnio das precárias condições de regeneração dos laços socioculturais, ou mesmo da reconstituição dos aparatos bélicos, sofreram as consequências de um processo de descaracterização cultural e identitária recorrente nos paradigmas coloniais e neocoloniais.

Neste sentido, é imperioso recordar que o projeto de nação proposto pelo colonialismo Português em Moçambique, no século XX, tinha como objetivo a constituição da grande pátria lusitana, onde as narrativas de pertença edificadas à época e ecoadas pelos colonos tinham como sustentáculo o projeto ideológico e imperial da Portugalidade. A reordenação e gestão das instâncias económicas e políticas em todo território moçambicano pela administração colonial gerou desequilíbrios de cunho social e identitário que afetaram ativamente e politicamente o modo como se pensava até então a diversidade de relações vigentes entre a colónia e a metrópole e entre os agentes sociais que constituíam esses diferentes mundos simbólicos e cognitivos.

Para Portugal, o seu passado relacional com as então colónias africanas e destas com outros “mundos” e outras perspectivas de/e sobre o cosmo, passou a não mais lhe interessar como uma unidade de eventos autónomos e recíprocos. Esta postura significou para as colónias, em especial para Moçambique, que a lógica cartesiana do desenvolvimento civilizacional europeu era a única possibilidade para se chegar ao conceito tão incerto e desmedido como é o de “evolução”. Esse tipo de pensamento doutrinário estava expresso não só nas ações políticas da época, mas na escrita literária colonial que, como afirma Francisco Noa, procurava exaltar os princípios e ideais do colonizador “por um tipo de mensagem que expressamente vangloria a ação individual de um povo que se julga no direito de ‘salvar’ o outro” (NOA, 2002, p. 63).

O conceito de evolução, aliado ao motor da “(de)eficiência” económica-produtiva imperialista, deteriorou ainda mais as relações de convivência no seio da sociedade moçambicana colonial. Teresa Cruz e Silva assevera que ao mesmo tempo em que buscava-se “construir” contraditoriamente a grande nação portuguesa “multirracial” e “pluricontinental”, este ideal propiciou o aumento progressivo da desigualdade “criando fronteiras artificiais entre a população nativa através de uma divisão entre assimilados e indígenas e da legalização de uma educação separada entre cidadãos e indígenas” (CRUZ E SILVA, 2013, p. 89).

Neste sentido, afirmo que ao negar estas experiências e outras possibilidades, e ao rejeitar um passado de múltiplas trocas, vivências e experiências de relações entre o Estado português e os diferentes Estados e povos da África e do Índico, ao impor padrões culturais e o ensino e aprendizado em uma única língua, o português – a favor de uma racionalidade assente na gra-



mática de uma suposta hegemonia cognitiva e racial – a administração colonial da república portuguesa, e depois o Estado Novo, precipitou as revoltas sociais que marcaram a primeira metade do século XX em Moçambique, gerando insurreições de toda sorte, mas com destaque para as de caráter nativista e nacionalista.

Vale lembrar que na década de sessenta, Eduardo Mondlane afirmava que Moçambique como país era uma criação portuguesa, mas que a vivência análoga de opressão e dominação dos africanos levaria ao despertar duma identidade nacional moçambicana (*apud* MACAMO, 1998, p. 36). Por sua vez, o próprio Mondlane declarava que o nacionalismo moçambicano, como todo nacionalismo africano, havia nascido da experiência do colonialismo europeu; explicando ainda que a origem de uma comunidade territorial foi consequência direta da dominação colonial e que tal comunidade esteve assentada na experiência da discriminação, do trabalho forçado e noutros aspetos da exploração colonial (MONDLANE, 1995, p. 87). Já Severino Ngoenha, explica que, em termos históricos, o projeto político da identidade nacional moçambicana é singular, porque como Portugal nasceu da rejeição em ser uma província de reinos hispânicos, o projeto político do nacionalismo moçambicano nasce da negação dos seus cidadãos em continuar sendo uma província de Portugal (NGOENHA, 1998, p. 20).

Mais, se a identidade moçambicana resulta da criação de uma nação moçambicana significando, de acordo com Ngoenha, o ponto de chegada de uma processo de busca de liberdade do negro no país (NGOENHA, 1998, p. 18), questiono, do mesmo modo, como encontra-se a situação dos cidadãos não negros que “decidiram permanecer” no país após a independência e ajudaram nesta criação da nação? Como estes vêm sendo englobados no discurso da identidade nacional moçambicana durante os últimos 40 anos? Por fim, o *élan* explicativo a essas questões deve ter por base uma cartografia dos processos históricos, sociais e identitários desde o tempo colonial, mas sobretudo um exame cuidadoso da conjugação desses eventos no Moçambique independente e enquanto paradigma pós-colonial.

Entretanto, para alcançar este objetivo é preciso da mesma forma realizar uma crítica contextualizada desses mesmos processos históricos. Processos estes que operaram enquanto mecanismos formadores de inteligibilidade sobre si e sobre um “outro” que se quer abarcar. Essa é a crítica que, de certa forma, realiza JPBC em boa parte de sua obra literária e de sua produção académica. Em entrevista, JPBC afirma que:

É preciso desconstruir muita coisa: porque a identidade pública, a identidade nacional também se fez, e isso também é muito compreensível, e eu também trabalho um bocado sobre isso em termos académicos. Para, digamos, valorizar o pós-independência era preciso categorizar de uma forma violenta e total o pré-independência. Ou seja, temos que pensar como o pós-independência como o *raking* do bem constrói a definição do pré-independência como o reino do mal. Portanto, assim evita-se [contradições]. Porque o que é ameaçador é o espírito contraditório. E as contradições que havia antes são apaziguadas



no mal, tal como as contradições que há hoje são apaziguadas no bem (Entrevista em 6 de março de 2014).

Da diversidade cultural da colônia de povoamento à conformação de identidades pós-coloniais.

A pluralidade sociocultural e a variedade de inclinações políticas no Moçambique colonial, a despeito do projeto imperial, também abarcavam aqueles indivíduos tidos como “brancos”³ no país. A despeito da população europeia ser diminuta em Moçambique no período colonial, o que evidenciava o colonialismo de povoamento, que, para Maria Paula Meneses, era basicamente a conjugação entre as autoridades coloniais que incorporavam o aparato administrativo, dentre estas alguns militares e missionários, as populações indígenas, os colonos europeus ou com ascendência europeia e outros indivíduos asiáticos, a exemplo dos indianos e chineses (MENESES, 2010, p. 80). Desse modo, em termos numéricos, Joana Pereira Leite explica que entre 1894 e 1928 o aumento e a concentração de indianos nesse período (em torno de 13 vezes) chega a ser comparada com o crescimento populacional de europeus na colônia que era de 15 vezes (LEITE, 2012, p. 32). Todos esses extratos populacionais sofreram um incremento notável na virada para século XX até os anos 70, principalmente pelo grande afluxo de pessoas da metrópole para as colônias (MENESES, 2010). Apesar da “fuga” de grande parte dos cidadãos “brancos” no período de transição para independência (1973-1975), um elevado contingente permaneceu no país.

Assim, é importante perguntar quem eram os “brancos” que estavam comprometidos com o projeto de um Moçambique independente, de construção de uma identidade nacional e quais podem ter sido os motivos para esta decisão. É possível especular que foram variados os motivos, e ainda assim dizer que nem todos, por que permaneceram no território, foram a favor ou estavam realmente propensos a digerir a nova realidade⁴. Com efeito, esta minoria branca que no tempo colonial poderia ser considerada uma elite colonial acaba por ficar, e de uma forma ou de outra passa a contribuir para a manutenção do mosaico identitário e cultural de Moçambique. Para JPBC, o comprometimento total dos brancos com o *status quo* colonial é questionável, pois diz:

O meu problema é falar da elite branca como uma unidade coesa, quando ela é profundamente contraditória. Quer dizer, havia, por exemplo aqui, os advogados brancos; que foram instrumentais na criação dos democratas de Moçambique. Portanto, pelo que percebo havia muitas fraturas no interior. As

3 Brancos aqui são todos aqueles não negros que pelo fenótipo se distinguem da maioria da população moçambicana.

4 Uma parcela considerável dos colonos era realmente humilde e mesmo que desejasse sair do país não tinha recursos ou meios para isso.



profissões liberais eram abertas, e depois na administração pública, no Estado e os seus servidores recebiam aquela influência fascista grande do passado. [...] Então, é desse espírito de abertura que me lembro, do ponto de visto da leitura; quer dizer, não era uma classe cega. Tenho um tio direto que foi um político central do partido comunista português e que esteve preso por nove anos. E eu cresci a refutar Salazar dentro de casa. Quer dizer, não é uma coisa de estarmos cegos (Entrevista em 6 de março de 2014).

A tentativa de coesão social no período pós-independência foi marcada pelo diapasão das diferenças edificadas no período colonial. As contradições também aí continuavam, pois a propalada guerra civil para além duma guerra de agressão externa (COELHO, 2009, p. 145) demonstrou que a tentativa de coesão identitária nacional invisibilizava uma pluralidade de outras experiências culturais. Este intento aglutinador que também significava uma agressão ontológica por meio da exigência de uma ideologia que se buscava nacional e as contradições daí resultantes podem ser observadas na trama construída por JPBC no romance *Crônica da Rua 513.2*, o qual retrata os processos históricos e revolucionários que levaram à independência do país, sua inevitável conquista e o imediato pós-independência. A problemática da escassez e da solidariedade após os primeiros anos da independência de Moçambique, para além das contradições da revolução, são bem representadas nesta obra através das articulações dos personagens que habitam este espaço-tempo pluri-identitário. No imediato pós-independência a escassez, mas sobretudo a ajuda mútua solidária, corolário da carência material que se vivia naquele período, pode, pelo trabalho da memória, ser tida como um *input* para edificação duma identidade moçambicana assente num elo ao outro, a despeito das outras exigências ideológicas do partido no poder no período. Sob este aspecto vivencial, mas ficcionado na obra de JPBC, o autor, em entrevista ressalta:

Eu posso lhe dizer que foi a altura em que eu me senti mais integrado. Há grandes paradoxos aqui, que estão também tão longe de serem resolvidos [...] Portanto, havia um certo sentido de utopia, havia muitos desafios [...] mas havia também uma coesão que vinha da agressão externa, sul-africana, quer dizer, havia aqui uma genuína [solidariedade?] e uma tentativa de construir no campo; havia muitos erros, mas havia uma tentativa de construir; tentativa que não se vê hoje (Entrevista em 6 de março de 2014).

Ressalta que a escassez era lidável com a tal solidariedade. Destaca que a determinada altura, por exemplo, era o único na rua que tinha um televisor; um aparelho pequeno a preto e branco com antena, enviada de Portugal como presente de seu pai. Perguntei a JPBC se toda gente ia lá ver o jogo, no que diz:

Não, toda gente ia ver a novela [risos], naquela época era “O bem-amado”. E iam ver a casa. Ou seja, eu queria sair com minha mulher, e deixava meus filhos pequenos com os meus vizinhos, que era bom pra nós, e era bom pra eles porque ficavam lá com a televisão, assistiam “O bem-amado”, traziam as crianças deles. Isto hoje é impensável! Quer dizer, trocava-se um vestido por



cebola, se alguém havia trazido do campo bananas e, passava-se por cima do muro. Ou seja, era um outro tipo de dinâmica, perdia-se muito tempo a pensar em arranjar comida mas as relações entre as pessoas eram intensas. Hoje... hoje não faço ideia de quem são os meus vizinhos. Naquela altura a comunidade de dádiva funcionava como uma comunidade de paz. Hoje em dia é tudo vertical (Entrevista em 6 de março de 2014).

Com efeito, o fim do império colonial em 1975 significou primeiramente a reformulação político-social do território moçambicano. O processo revolucionário conduzido pelos nacionalistas da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁵, conduzindo o país à independência, favoreceu a execução do projeto de nação moçambicana proposto pelo movimento. Portanto, não é possível pensar a tentativa de realização de um projeto de nação assente na moçambicanidade dissociada do projeto político do subsequente partido Frelimo, que tinha então como objetivo maior reverter o grau de exploração e desigualdade social característico do período colonial. Contudo, como explica Maria Paula Meneses, o projeto nacionalista invocando a igualdade incitou, de forma dramática, a supressão das diferenças que formavam o tecido social do país, concebendo graves contradições, sinónimo de desigualdades com instrumentos de dominação modernos que continuam a ditar sua ação (MENESES, 2011, p. 130).

Tendo por base a afirmação de Augusto Nascimento de que “dada a sua força política e social, o nacionalismo está entre os itens que mais induzem a misturar as afetividades e as lealdades políticas” (NASCIMENTO, 2013, p. 14), da mesma forma, José Magode (1996) sugere que a questão da identidade nacional no regime pós-colonial em Moçambique está intrinsecamente relacionada com o papel das elites políticas moçambicanas na tentativa de estabelecer uma coesão ideológica, a despeito dos múltiplos grupos sociais (ou “étnicos”) existentes, e através de um discurso de integração nacional. Sugere ainda que, apesar da adoção do pluralismo político em África, nesse caso em Moçambique, a mudança política de regimes centralizados e uni-partidários para a democracia “traduz uma confrontação social à natureza centralizada do Estado pós-colonial” (MAGODE, 1996, p. 12).

Michel Cahen (1996), por sua vez, assevera que no nacionalismo moçambicano não houve a vontade de reformulação do Estado (nacionalismo de massa), e sim um nacionalismo alicerçado por meio do Estado, no ideal de determinado agrupamento sociocultural (nacionalismo elitista), o qual se afirma como força política hegemónica criadora da nação, instituindo dessa forma suas características a outros grupos com identidades próprias (CAHEN, 1996, p. 25-26). Por outro lado, como explica Elísio Macamo:

5 A FRELIMO foi inicialmente um movimento formado em 1962 na Tanzânia como grupo opositor ao regime colonial português, o qual liderou, a partir de 1964, a luta armada nacionalista, tendo chegado ao poder com a independência moçambicana em 1975. Em 1977, transformou-se em partido político (Frelimo), adotando uma política socialista e nacionalista, mantendo-se como partido único até à realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1996.



[...] trata-se do problema da normatividade, da confusão entre os sentimentos e anseios do observador e a realidade observada. A própria Frelimo, ao definir Moçambique nos anos após a independência em termos derivados da análise marxista, principalmente influenciada pela análise leninista do imperialismo como fase avançada do capitalismo, enveredou pelo caminho normativo, pois privilegiou a experiência dos nacionalistas, generalizando-a (MACAMO, 1998, p. 36-37).

Ainda, segundo Ngoenha (1998), o caráter universal do projeto político da moçambicanidade e as singularidades dos proto-nacionalismos elucidam a dificuldade constitutiva da identidade moçambicana: tensão salutar e produtiva, se as distinções forem orientadas de maneira a colaborar singularmente com o bem comum da Nação global; tensão prejudicial e arriscada, se os atores sociais forem levados a fechar-se nas suas particularidades (no etnocentrismo) e mesmo a combaterem a diferença (com os ditos “tribalismos”) (NGOENHA, 1998, p. 24). No entanto, como destaca Maria Paula Meneses (2013), os silenciamentos, os esquecimentos, os processos políticos e os atores ausentes fazem igualmente parte da constituição de qualquer projeto nacional, ocultando por isso ambiguidades assentes em processos de politização de lutas do passado e do presente. Deste modo, para esta autora,

Porque vários agentes intelectuais têm ocupado lugares de destaque quer a nível de Estado, quer da sociedade civil, aliado ao facto de muitas das associações funcionarem em estreita relação com o poder, a nação moçambicana como projeto político tende a ser vista mais nesta vertente, em que o ‘nacional’ surge fruto de um trabalho ideológico. Porém, o projeto cultural permanece pouco homogêneo e povoado de múltiplas imaginações (MENESES, 2013, p. 188).

Por outro lado, para além do ponto de vista estritamente político da constituição da identidade moçambicana como projeto de nação na pós-colonialidade, a contribuição das diferentes genealogias culturais, expostas aqui com base no estudo de minorias representativas da variação étnico-cultural em Moçambique, determinadas principalmente pela longa tradição de trocas comerciais e mutações culturais entre África, Europa e principalmente o Índico (RITA-FERREIRA, 1982), demonstram que os diferentes *backgrounds* socioculturais são também determinantes para se pensar a diversidade de eventos e atores que incidem sobre a elaboração da identidade moçambicana e, principalmente sobre o espaço-identitário nacional no qual se assenta a moçambicanidade.

Considerações finais

Os estudos sobre as (re)constituições e processos identitários nos países saídos de regimes coloniais em África têm vindo a se destacar pelo desafio que colocam a especialistas da área no tocante à sua complexidade científica. No caso moçambicano, tal dificuldade epistemo-



lógica é particularmente mais evidente devido às antigas trocas comerciais, migrações internas, entre aquele espaço territorial e os povos do oriente que, anteriormente à chegada dos europeus, estavam (e ainda estão) organicamente conectados pelo oceano Índico. Neste sentido, como demonstra José Capela, até os meados do século XVIII, o comércio na costa desse território era quase todo exclusivo dos baneanes, mujujos e indianos (CAPELA, 2010, p. 125).

O advento do colonialismo moderno no século XX e o afluxo exponencial de colonos veio não apenas a somar à diversificada paisagem ecológico-cultural do país, mas, do mesmo modo, buscou forçar rupturas identitárias como projeto colonial de nação. A consequência desse intuito e as contradições do regime estimularam as lutas nacionalistas que culminou com a proclamação da independência moçambicana de Portugal. Como corolário, rupturas e reconfigurações identitárias estiveram outra vez em marcha e os resultados deste processo após 40 anos estão a ser analisados. Como explica JPBC em entrevista para a *Revista Metamorfoses*:

Ao definir as fronteiras e ao subalternizar quem vivia dentro delas, o colonialismo português criou o denominador comum da moçambicanidade. Embora num sentido talvez negativo, e seguramente involuntário, foi o colonialismo português que deu o primeiro passo para a criação da nacionalidade. Depois, nos anos sessenta do século passado, o movimento nacionalista de libertação transformou esse factor negativo em factor positivo, a mancha maldita em motivo de orgulho. Criou uma utopia e um sentido de destino. Esse sentido foi ferozmente erodido nos anos oitenta e noventa, por diversas razões que não temos agora espaço de explorar. Experimentámos uma guerra intestina de uma violência inaudita, fruto não só da agressão externa, num contexto regional, que nos era hostil, mas também da falta de flexibilidade e visão de um sistema que tinha por responsabilidade manter em nós o sentido dessa utopia (COELHO, 2010, s/p).

Assim, para concluir, devo ressaltar que um estudo mais sofisticado dos termos que fundamentam a identidade nacional moçambicana ou uma genealogia da moçambicanidade não pode encerrar-se em um único evento tido como fundacional, pois necessita de um trabalho multifocal e multilocal que não é possível e passível de ser realizado visando a sua justificação com base apenas na análise de quadrantes políticos, características sociolinguísticas e/ou aspectos histórico-culturais em separado, e com base em eventos datados. Pelo contrário, somente o estudo minucioso dessa cadeia de eventos, cosmologias e centrismos, entendidos como um amálgama de processos e premissas de longa duração, consegue dar pistas e sugerir ilações que podem aproximar-se de uma definição de moçambicanidade.

REFERÊNCIAS:

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7(2), p. 7-33, 2001.



CAHEN, Michel. O Estado, etnicidades e a transição política. Unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado? In: MAGODE, José (Org.). **Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado. Transição inacabada**. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996, p. 18-39.

CAPELA, José. **Moçambique pela sua história**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010. Coleção: e-books.

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 106, p. 153-166, 2015.

_____. **As visitas do Dr. Valdez**. Coleção Ondas do Índico. Maputo: Ndjira, 2003.

_____. **Crónica da Rua 513.2**. Lisboa: Caminho, 2006.

COELHO, João Paulo Borges. “A ‘literatura quantitativa’ e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992)”, in ULDELSMANN Cristina; BÉNARD DA COSTA, Ana (coord.), **Pobreza e paz nos PALOP**. Lisboa: Sextante Editora, 141-168, 2009.

CRUZ E SILVA, Teresa. O nacionalismo em Moçambique e o papel da igreja: o caso das igrejas protestantes no sul de Moçambique. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio (Orgs.). **Em torno dos nacionalismos em África**. Maputo: Alcance Editores, 2013, p. 86-102.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LEITE, Joana Pereira; KHOURI, Nicole. **Os ismailis de Moçambique. Vida económica no tempo colonial**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MACAMO, Elísio. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. In: SERRA, Carlos (Org.). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998, p. 35-69.

MAGODE, José. **Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado. Transição inacabada**. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

MENESES, Maria Paula. Desafios a Moçambique: nação e narrativas pós-coloniais. **Cadernos de Estudos Culturais: Pós-colonialidade**, 9, p. 183-202, 2013.

_____. Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in World History. **Human Ar-**



chitecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge, 9, p. 121-137, 2011.

_____. O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais. **Cadernos dos CES**, 7, p. 68-93, 2010. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

_____. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 106, p. 9-52, 2015.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Centro de Estudos Africanos / Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

NGOENHA, Severino E. Identidade moçambicana: já e ainda não. In: SERRA, Carlos (Org.). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998, p. 17-34.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia. Moçambique como invenção literária**. Lisboa: Editorial Caminho S.A, 2002.

RITA-FERREIRA, António. **Presença Luso-Asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (Até c.1900)**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. [4ª Ed.] São Paulo: Cortez, 1997.

SECCO, Carmen L. T. R. Entrevista a João Paulo Borges Coelho. **Buala**, 2010. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/entrevista-a-joao-paulo-borgescoelho>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SERRA, Carlos. **Combates pela mentalidade sociológica**. Maputo: Imprensa Universitária/UEM, 2003.

_____. **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

